

XXIX CONGRESO ALAS  
CRISIS Y EMERGENCIAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA  
SANTIAGO DE CHILE 2013 - 29 DE SEPTIEMBRE AL 04 DE OCTUBRE

## **A (RE) TERRITORIALIDADE NO CONTEXTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA: ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PROTAGONIZADA PELAS MULHERES DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO EM PERNAMBUCO**

GT 07: Desarrollo Territorial y Local: desigualdades y descentralización  
Resultado de investigación finalizada

Andreia de Lima SILVA; PIBIC/UFPE/CNPq, graduanda em Pedagogia;  
E-mail: [andreialinma@hotmail.com](mailto:andreialinma@hotmail.com),  
Allene Carvalho LAGE; Orientadora-CAA/UFPE;  
E-mail: [allene Lage@yahoo.com.br](mailto:allene Lage@yahoo.com.br)

### **RESUMO:**

O presente artigo se constitui como resultado final de pesquisa na modalidade de Iniciação Científica. Trata-se de um Estudo Comparado entre o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e MMTR/NE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste brasileiro. Objetiva-se conhecer os protagonismos das mulheres dos movimentos sociais do campo no contexto da função social da terra, enquanto possibilidades de (re) territorialidade na manutenção de um território politicamente mobilizável. Através de observação participante e entrevistas, desempenharam a captura e confronto das concepções. Faz interferir na análise das duas possibilidades de produzir visibilidade e autonomia das mulheres em cada movimento, diante de um discurso que estabelece a função social da terra, equiparada a eficiência e produtividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** (Re) Territorialidades, Mulheres do Campo, Protagonismos.

### **1. Introdução**

Este estudo enquanto resultado de pesquisa de Iniciação Científica, pauta-se no aprofundamento da reflexão do lugar social da mulher, visto que envolve a necessidade de avançar nas problematizações que têm concentrado na constatação de uma lógica de desigualdade. Uma vez que, tem repercutido a assunção da mulher como mera agente reprodutivista. Move-nos a reconhecer que, a instituição de lugares socialmente determinados, tem conduzido a invisibilização dos protagonismos. Permitti-nos saber as implicações que envolvem os protagonismos das mesmas, em contribuição a produção de novos significados sociais.

Partindo das relações históricas de uma sociedade perpassada por uma lógica patriarcal, em que mulheres nos seus diferentes contextos e cenários de luta estão diariamente produzindo uma dimensão dialética com os imperativos cotidianos. Enquanto mulheres do campo, de assentamentos de reforma agrária de singulares contornos espaciais, que retornam as áreas rurais, outras agricultoras, e a garantia na permanência na terra qualificam a relevância da função social da terra. Onde coadunem em estratégias que exercem nas atividades reprodutivas e produtivas, em exercício de uma territorialidade

simultânea do privado e do público. Esta multiplicidade de categorias cujos vínculos caracterizam a dimensão com a terra, concorre às iniciativas de envolvê-las em contextos de lutas, pelo reconhecimento e valorização de suas atividades.

Suas atividades fundamentam uma perspectiva de formação política, por viabilizar melhores alternativas de inserção social. Facilitando um olhar sobre os meios, possibilidades e projetos, que contribui a uma dinâmica formativa que venha nutrir uma consciência política. Ressaltando, o objetivo primordial de conhecer os protagonismos das mulheres dos movimentos sociais do campo no contexto da função social da terra, enquanto possibilidades de (re) territorialidade na manutenção de um território politicamente mobilizável, de modo a identificar as experiências de produção através dos modos de organização e os meios de produção no cotidiano de lutas. Na geração de processos pedagógicos de sustentabilidade de grupos sociais.

## **1.2 (Re) territorialidade e a Função Social da Terra**

Envolvidos numa dimensão de fontes de recursos, e de um ser que apenas se apropria destes, por vezes, não alcançamos a amplitude de um território “semanticamente” estruturado do qual participa em busca de sentido, mulheres e homens em existência com a terra.

Restituir a função social da terra tem na flexibilização do encontro das reivindicações e dos imperativos de convivência social, o envolvimento entre corpo e pensamento, já que nos pressupostos freireanos a constatação situacional, citando as desigualdades de gênero, exclusões de grupos sociais, não gera mudanças, mas a conscientização enquanto fazer diferente tem significação. Nas opressões compomos resistências, e encaminham a (re) territorialidade: “Assim, ‘reterritorialidade’ implica um movimento de resistência – à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros” (HAESBAERT, 2006, p. 262-3). Pela desterritorialização a que grupos sociais estão submetidos, revela que a exclusão dos sujeitos não pode ser encarada em termos absolutos, de alguma forma se sociabilizam, mas as circunstâncias se discutem pelo viés da temporalidade à provisoriedade e permanência. Apresentamos os agenciamentos dos sujeitos na relação das condições sociais.

O papel político dos sujeitos confere os modos e os meios de produção, sobretudo, numa lógica desterritorializadora, sobre quando pensamos no modelo de agricultura patronal, fomentadora de mão de obra livre. Fazendo parte de um discurso instituído para viabilizar políticas legitimadoras de critérios seja de distribuição, de acesso e uso da terra. A questão da terra, historicamente tem conduzido lutas na promoção de alternativas de valorização da vida, do diferente, do desigual, com ímpeto na des-colonização mediante fatores que contribuem seja na divisão de terras, nos projetos de desenvolvimento diante da força dos trabalhadores nas decisões e rumos de sua própria vida. A desigualdade na distribuição de terra historicamente instituída observa-se que a estrutura rural no país ao longo dos tempos foi regida pelo expansionismo agrícola, compreendido dentro da legitimidade assumida pela compra e venda de terras, a incorporação de um “mercado de terras”, de onde os economicamente des-favorecidos estavam alijados desse processo.

Com a exploração da mão de obra livre e a monocultura somada ao baixo incentivo tecnológico irão dá a tônica no Brasil do qual se observa crescer as oligarquias, como a do café, por exemplo, paralelo a esse processo está o projeto de industrialização a partir de 1930. Ao longo desse processo de produção de poderes, as desigualdades no meio rural só acentuaram, como denota os estudos sobre este contexto histórico, o êxodo rural, concorre diante da ideia de desenvolvimentismo nas décadas que se seguiram, do qual em 1958 ocorre a fundação das Ligas Camponesas, no Estado de Pernambuco, tendo alargado suas fronteiras pra representar em outros estados, o movimento de contestação da situação de opressão no meio rural, reivindicando melhores condições na economia, na educação, no jurídico, entre outras, tal emergência com suas devidas discordâncias na literatura, diante do momento preciso das lutas pela reforma agrária.

No entanto, Caume (2006) vai aprofundar a dimensão da reforma agrária com a concepção de assentamentos como espaço modelar, em suas etapas de constituição, perante o posicionamento do Estado que traria um modo de ‘emancipação’, o que produziria como fase 1- a de “obtenção de recursos” como identificação da área, seleção dos indivíduos, entre outras; fase 2- seria a da “constituição de Projeto e conhecimento dos recursos”, com as demarcações; a fase 3- a “habilitação dos recursos”, como terra, água, etc.; a última fase 4- denominada de “consolidação do assentamento”, que se torne autossuficiente. Destacando a compreensão de que o espaço de produção de desenvolvimento do campesinato é a possibilidade de serem assentados, e o Estado, por sua vez representando a legitimidade do assentado. Os efeitos de poder envolvem a regulação da função social da terra da qual identifica os atores substantivamente, nos conflitos de posse e propriedade, emergindo ideários políticos. Para visualizar de que forma se apresenta a função social da terra na história do Brasil, segundo Passos (2008) caracteriza como destaque a ênfase na produtividade; e a mais recente, com o Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, art. 2º, § 1º, traz uma definição de função social do imóvel rural, como: §1º a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- oferece o bem-estar social dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e cultivam (Estatuto da Terra Apud PASSOS, 2008, p.150-1).

Esclareça-se a função social da terra atual traz o componente ecológico, social e econômico, devendo estar dirigida a qualidade de vida da sociedade. Mas, ao destacar os protagonismos dos sujeitos no meio rural aparece como uma capacidade do proprietário promover e potencializar a terra com eficiência nos moldes dos interesses hegemônicos. A produção do rural aparece como direito ao cultivo e sua autonomia na constituição de temporalidades dos sujeitos. Isto quer dizer, questões de ordem econômica, social, cultural e política são simultaneamente condicionadas e definidoras de um território, portanto os sujeitos sempre estarão envolvidos no plano concreto e simbólico por desterritorializações e reterritorializações.

## 1.2 ‘Cativeiros’: o sentido da produção do trabalho reprodutivo

O próprio conteúdo formativo nos encontros das organizações sociais assumidamente feministas ou não, reconhecem a exclusão das mulheres dos espaços de decisão e sobre este prisma, refletem que “o patriarcado é a força cultural antagônica à emancipação das mulheres, que se expressa sob diversas formas (...)” (BUARQUE et al., 2008, p.123). O que por sua vez, se imprime na negação de todo e/ou qualquer direito de decisão, sobretudo das mulheres. Refletido, como: *“La base del cautiverio de las mujeres es la dependencia desigual, en la subalternidad. Se trata de una dependencia vital apuntalada por el dominio de los otros”* (LAGARDE, 2005, p.167).

Ao reproduzir modos de vida incide na força de trabalho, e a contradição reside na unidade das atividades mesmo que não indique igualdades de opressão, assim, opressões no modo diferencial de caracterizar, os grupos de mulheres, reveste questões de acesso, domínio, mas ambos na generalidade tratam de invisibilidades, pois ao adjetivar o corpo feminino, compreende a naturalização de ser apenas para o outro.

Admite-se ainda, que a formação política, das mulheres é o meio de desconstruir os cativeiros no sentido ideológico. A incidência da privação da liberdade, contém sentidos variados que irão desde o campo territorial, a experiências de ordem linguística, sexual e moral. Portanto, o exercício de poder pela mulher se dará no sentido mais especializado diante de valores já exercidos pela mesma, quanto da própria ruptura com questões historicamente naturalizadas. E as circunstâncias de participação das

mulheres na contemporaneidade centram-se na repercussão do papel das mesmas frente aos contextos de produção da vida. Compreendido por Hirata (2001, p.21) quanto “a relação entre o trabalho doméstico e a afetividade que parece estar no centro dessa permanência”. Mas, pensados enquanto sujeitos educativos, mulheres, homens, constituídos em interações, estes, permitem-se não apenas o conhecimento de algo, mas o modo de significar, problematizar, o que se sabe, para si e para o outro. Com estas ideias, vai esclarecer Freire (2006, p. 47) que “O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já não poderia saber, pois não indagaria”. Sendo um processo de ressignificação de saberes, movimento necessário, para experiências de diálogo, este exercício é mobilizador, pois, a constante incerteza de saber pouco, envolve sair da imobilidade.

Reforçando a ideia de que “as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação, queremos significar algo distinto e mais complexo do que oposição entre polos” (LOURO, 2008, p. 48). Essa interpretação que a autora expõe, compreendem as superações de visões polarizadoras, assimétricas, as questões que indicam papéis na verdade, só estaria contribuindo para naturalização da própria categoria gênero, fixando um entendimento sobre a atuação de mulheres e homens, mas de sua desconstrução, envolveria novas e variadas possibilidades dos sujeitos protagonizarem sua existência. Com base nas reflexões coloniais, seria para Lander (2005, p. 11), “na procura de alternativas a estas formas universalistas de submissão e controle de todas as dimensões da cultura e da vida”. Essa transformação social, então, implicaria não apenas um movimento de desconstrução, mas de desuniversalização das ideias universalistas, e, portanto, hegemônicas.

## **2. Arcabouço Metodológico**

Do encontro da teoria com a realidade, da ação com a criatividade, de modo que os nossos resultados possam contribuir para ampliar o conhecimento sobre as questões centrais deste estudo. Diz Deslandes et al.(1994, p.21) diz que “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

O presente trabalho está delimitado ao estudo de dois movimentos sociais do campo sendo estes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco-MST e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste-MMTR/NE. A escolha se deu pela trajetória de luta desses dois movimentos sociais do campo e pelo tempo de vida destas experiências.

A coleta de informações tornou-se possível, levando em consideração dados tangíveis e não tangíveis pela razão principal, a materialidade no contato direto com as mulheres representantes de ambos os movimentos, destacando as lideranças e demais militantes, contato este, numa reciprocidade de trocas de saberes, através de um contato contínuo nas esferas da vida cotidiana das trabalhadoras rurais. O tratamento disponibilizado através dos instrumentos de coleta de dados insere-se na abordagem metodológica utilizada, o Estudo Comparado como um dos principais métodos, seguido pelo Método do Caso Alargado de Santos apud Lage (2005), permite captar as realidades distintas das mulheres do MST-PE e MMTR/NE, tomando como compromisso a análise do que existem de diferente, único que explique essa relação sujeito-grupo, e como estratégia de comparação dos casos, estratégia essa, realizada no sentido de apurar dados a partir dos protagonismos dos sujeitos, as influências recíprocas e distintas que aproximam as realidades dos grupos em estudo.

Podemos construir uma conclusão com entendimento não generalizável, mas ampliado, a partir do apontamento das incidências dos sujeitos, para melhor conhecer a realidade das mulheres do campo da atualidade. Com isso as técnicas de coleta de dados sendo variadas, de modo a atender as oportunidades de compreensão que estes encontros podem oferecer. Entre estas técnicas estão à Observação Participante, as conversas informais e as entrevistas Semiestruturadas.

Direcionada a um olhar Descritivo e Exploratório, ao possibilitar um melhor aprofundamento do entendimento da realidade empírica, por meio da estrutura metodológica adotada. A Análise de Conteúdo é uma técnica que nos possibilita verificar as informações. Pode ser desenvolvida em diversas pesquisas, segundo Valla (2001, p. 104), “a finalidade da análise de conteúdo será, pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”. A partir dos saberes, dos processos educativos que puderam ser visibilizados e apontados nessa análise, ajudando a refletir a atuação política das mulheres camponesas, enquanto entendimento do que já avançaram e sob quais condições.

### 3. Resultados e Discussões

Este estudo centra-se no esforço de exame das condições e relações sociais de mulheres de movimentos sociais do campo na tessitura cotidiana de produção de sua existência. Compreendendo as historicidades do camponato brasileiro, como território de lutas, constituindo-se no acesso a terra, aos meios de produção da vida, do ‘diferente e do desigual’. Ainda, assim, nem sempre produzido para “funcionar” ao reconhecimento enquanto território legítimo das mulheres, dada sua exclusão dos espaços de tomada de decisão.

O que apresentamos e discutimos, a seguir, vem tratar de um estudo comparado entre o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e MMTR/NE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Para compor as implicações dos casos e entender as necessidades, interesses que promovem a formação política e de resistência na manutenção do campo-terra, realizamos o estudo de campo, em assentamentos, nas sedes dos movimentos; em encontros de formação, no contato com mulheres, leituras de documentos, revisões bibliográficas.

A maioria dos estudos que tratam dos movimentos sociais camponeses converge para o fato de que se tratam da luta de classes, como base de constituição. Na relação, dono dos meios de produção e o expropriado da força de trabalho. Constatação básica, mas incompleta, pois, as relações sociais, se não são de ordem única, não podem representar uma totalidade. Verificamos que há uma atualização dos processos que singularizam os atores, sendo o que permite a recriação de formas de resistir às imposições de hegemonia capitalista, condutora de desterritorialização.

#### 3.1. (Re) Territorialidades no contexto de ‘cativeiros’

Neste contexto de perda de territórios, os processos de produção de novos territórios pelos excluídos, são diversos, tanto quanto se apresentem os sujeitos frente ao espaço, em oportunidade, intensidade e participação. Como o MST e MMTR/NE, a partir de uma visão que os criaram, podem ser representados enquanto uma multidimensionalidade, pois, quando destacamos que a gênese do primeiro é um movimento de classes, e do segundo, a igualdade de gênero, não se exclui categorias como gênero, lazer, entre outras que se façam necessárias para explicar as realidades. O que fez com que se problematize como se apresenta a função social da terra para o grupo/indivíduo de ambos os movimentos, e as implicações no papel cotidiano das mulheres? Registrado no trabalho de campo:

A luta contra o latifúndio e a grande propriedade, exigindo o cumprimento da função social da terra, como garante a Constituição (vinculada ao cumprimento das necessidades da produção de alimentos, do equilíbrio do meio ambiente e dos direitos trabalhistas) (Diário de Campo, MST, 12/09/2011).

Quem diz que a mulher não participa/ Da produção econômica do país,/ Está errado não vê a realidade:/ Basta escutar o que este canto diz/ Se todo homem tem trabalhado e energia/ E todo dia tem boa produção,/ Sua mulher passa o dia na cozinha:/ Em toda linha tem sua participação (Diário de Campo, Música: Mulher e Produção, autora militante MMTR/NE, 20/10/2011).

Aproximando-se os casos, identificamos duas características que investem a função social da terra como princípio Constitucional de “produção da vida”, destaca-se: com o MST, a condição de existência, garantia de territorialidade, como elemento realizado na distribuição da terra, com a luta a seu acesso; com o MMTR/NE, levanta a característica de tensão, como um elemento de problematização do cotidiano, através da luta pela visibilidade das relações desiguais sofridas pelas mulheres.

Isso faz interferir na análise das duas possibilidades de produzir visibilidade e autonomia das mulheres em cada movimento. Ressaltando, enquanto um, indica ocupar e produzir, outro indica problematizar o cotidiano doméstico e o trabalho rural. São pontos que faz aprofundar com a ideia de Haesbaert (2006), em que a desterritorialização acontece na mobilidade e imobilidade, onde se encontram em ambos os casos, na (re) territorialidade apresentada nas possibilidades de distribuição, permanência, e coexistência no campo-terra vividas pelas mulheres do campo, com a produção de arranjos territoriais, nas mais diversificadas possibilidades de sua atuação. Mas, é preciso perceber que, as relações de poder se mantêm, desconstrói, reconstrói no espaço e tempo. Influenciando na análise e atuação política das mulheres do MST e MMTR/NE distintamente, tornando um imperativo na tomada de decisão, pois não se justificaria pela presença, mas nas interações como consciência do *eu* e do *outro*.

Com isto, sabemos que mulheres do campo têm uma jornada de trabalho dupla/ tripla, produzida pela acumulação e intensificação de sua rotina diária, e neste momento, surge o que aponta Hirata (2001), o Paradigma da Parceria entre os sexos, nas atividades naturalizadas como trabalho de mulher, representando uma das formas de superação da divisão sexual do trabalho. Sob esta perspectiva, se tem observado nas vivências das mulheres, em encontros, nos assentamentos que acompanhamos interesses, necessidades que fazem problematizar as desigualdades, mesmo quando se justifique enquanto mecanismo de desconstrução dessas próprias desigualdades. Como registrei em Diário de Campo:

Ao refletir a jornada de trabalho das mulheres do MST e MMTR/NE, onde se observa a divisão de tarefas serem mais significativa nos encontros, na manutenção dos alojamentos, o que se prevalece no núcleo familiar, à ideia de “trabalho de mulher”; e a “a ajuda” faz parte do discurso, com o MMTR/NE. Entretanto, percebo em suas reflexões grupais, a concepção de apontamento de um sistema de cooperação em que não produza desigualdades, na superação, por exemplo, do companheiro conceder, permissão, ajuda, nas atividades intrafamiliar, onde deva se projetar com e não por (Diário de Campo, 11/10/2011).

Mesmo na esfera familiar-doméstica, com militantes, representa a conservação de modos de vida, mas, aponta que as relações estão sempre se desterritorializando e (re) territorializando, e neste aspecto a tendência é produzir uma desterritorialização positiva quando este representa a mulher como agente de desalienação do seu companheiro, trazendo questões de identificação social, quando participam de relações que são atribuídas no desprendimento da ação do outro, porém, sabemos sair da condição de um território funcional, ou seja, de reprodução, para um território investido de significados, de produção, para isso, sempre existirá uma tensão conflitiva, ninguém perde o território sem que haja uma ação em oposição, o que se evidencia nesta relação é uma delicada atuação que produza identificações para os sujeitos da relação. Esta relação de que *“los médios de trabajo de la mujer son los médios de producción de los seres*

*humanos, y son de manera dialéctica y simultânea médios de vida para la mujer”* (LAGARDE, 2005, p.124).

Parece reforçar uma condição a-histórica, mas as territorialidades são exercidas com base na existência, mesmo que não se observe as relações híbridas de temporalidades, e graus de participação diversos. Através disso nos remete, que dentro das visões mediáticas, a realidade do campesinato dentro de condições de poder de cima pra baixo, vista como lugar de ausência, do atraso, enfim, das mazelas, pensamento desagregador de valor humano-sustentável, assim, também nos vale admitir que sujeitos aliados sob discurso, deverão ser reconhecidos como produtores legítimos da formação de saberes, como possibilidades emergentes das condições de vida. O fator emergencial deverá ser deslocado de sentido, adjetivado no que se refere a um modo permanente de formação política dos subalternizados para recomposição da vida da mulher, do homem, da fauna e da flora.

### **3.2 Protagonismos: A formação política da Mulher do Campo**

Sujeitos excluídos buscam em processos educativos, formas, estratégias que correspondam a um projeto formativo, logo, as mulheres do campo, do movimento do MST e MMTR/NE, por apresentarem uma diversidade de identificações, não apenas mantém reciprocidades e especificidades em seus projetos formativos, mas, um olhar em direção à ordem hegemônica, direcionado nos pressupostos colocados por Lander (2005) para além de uma teoria econômica, o neoliberalismo representa um discurso hegemônico cuja finalidade é propor um modelo civilizatório. Sendo um dos fortes mecanismos a naturalização das relações sociais. Apresentando nas relações do campo projetos distintos, um ancorado no modelo civilizatório de economia de mercado, com o trabalho livre, e outro se concentrando como alternativa, na ideia de economia solidária, com o trabalho cooperativo. Nessa conjuntura, as implicações se apresentam na opção definida e meditada a partir do chão das contradições, na vida dos grupos sociais. O questionamento de objetividade e neutralidade da ordem hegemônica por parte das militantes do MST e MMTR/NE, pode ser representado na função social da terra, como o registro de campo que expõe:

A luta contra o modelo agrícola do agronegócio. Essa luta é uma disputa de modelo de produção na agricultura. E para isso precisamos construir alianças com a classe trabalhadora urbana, e com amplos setores da sociedade brasileira, que também são afetados pelo modelo do agronegócio (Diário de Campo, MST, 13/09/2011).

A gente tem que sobreviver daquilo, porque tem hora que for pensar mesmo nas coisas (...). Mas você, pega você limpa o mato, ara, planta, aí você trabalha e quando você bate um saco de milho e vende por quarenta reais, mas dão pra você fazer o quê? Agora quando passa pra o rico quanto é um quilo de carne? A lavoura que tem valor só é a do rico. Eu queria que o pobre tivesse a mesma segurança que o rico tem, por que o que o rico tem, come nas costas do trabalhador. Por que você anda no cercado (do rico), você não vê um pé de milho plantado, só do agricultor. Por que não dá valor a nós?(Diário de Campo, Trabalhadora Rural, MMTR/NE, 14/08/2011).

Considero importante apontar que ambos os registros por serem complementares, expõem um plano discursivo, com a representação por um projeto de economia solidária e política, com o MST, e no plano vivencial, os impactos de um modelo de política do campo excludente, com a problematização da trabalhadora rural do MMTR/NE. Identificamos como componente de construção do lugar social das mulheres do campo, o ser agente de transformação, isso tem se concretizado na vida das mulheres que

acompanhamos nos assentamentos, numa fusão entre as condições favoráveis dos próprios recursos ambientais e das políticas precárias para sua sobrevivência, ocasionando atividades agrícolas e não agrícolas, a exemplo, a manutenção ao redor da casa ou acampamento entre as pedras do semiárido, a plantação de palmas, milho e feijão, e no interior de sua residência a máquina de costura representando a cultura econômica da região.

Com as mulheres do MST, a forma de cooperação mista, envolveria um sentido de ‘mutirão’, entre os sujeitos da relação, uma vez que suas questões são relegadas a espaços específicos, e sobressaindo os interesses maiores com manutenção do ideário de mobilização de Reforma Agrária. Entre as mulheres do MMTR/NE, seus quintais propriamente de hortaliças, extrativismos e artesanatos; estão todas em comum, solidificando uma prática em sintonia com as condições históricas de seu tempo, que promove a resistência no campo terra, com saberes específicos que devem ser representados como política de formação dos movimentos. Deve-se salientar que as ruralidades protagonizadas pelas mulheres em ambos os movimentos, referem-se à integração das atividades agrícolas e não agrícolas, que não deverão ser entendidas sob o aspecto de produção de um único modo de caracterizar a independência da mulher, pois o usufruto dos resultados é dinâmico.

Pois, “colocar uma única e permanente base para a luta política representará, provavelmente, a subordinação ou o escamoteamento de outras disputas igualmente significativas” (LOURO, 2008, p.53). Contudo, as políticas de saúde, reprodução, não foram observadas como aspecto de discussão nas localidades, sendo restringido aos espaços não mistos, como setor de gênero e nas formações em momentos específicos. No entanto, esse conjunto de proposições interfere como formação política de permanente atualização. Como estratégia frequente de conscientização das mulheres no MST, observamos dentro das parcerias entre os homens e mulheres em seus setores reforçando a identidade de Sem Terra. No MMTR/NE, têm-se o uso de linguagens produzidas e dirigidas as mulheres do campo, apontando a diversidade de questionamentos que partem dos aspectos regionais.

#### **4. Considerações Finais**

Os cativeiros dão a tônica no cotidiano das mulheres do campo, através de deveres tradicionalmente reconhecido como próprios. O modo como às mulheres têm protagonizado no imaginário o processo de produção de desigualdades e sua implicação em alternativas de organização social, tem como fator para possibilidades de reterritorialidade para manutenção território politicamente mobilizável, a partir das relações de oportunidade de circulação de estratégias ao enfrentamento de exclusões, que são visibilizadas nesse processo.

Pois, o conflito de deixar de ser um “corpo-para-o-outro” para tornar-se um “corpo-para-si” não quer dizer superação total das questões de subalternidade, mas qualifica uma luta e inserção política das mulheres, em processos dialogados que irão ampliando os referenciais de luta, repercutindo nas relações de gênero, que vão desde as violências contra mulheres a questões propriamente econômicas.

A implementação de políticas governamentais em questões reprodutivas, para a alteridade dos grupos, em sua diversidade de lutas, tem compreendido uma tensão na criação e controle dos territórios. As relações de produção e trabalho das mulheres do campo permitem à assunção da agricultura familiar, e pelo consumo de alimentos, interfere na escolha e relação com o meio ambiente, através de fatores como renda, cooperação técnica, prática de um mercado justo, provavelmente, são os pontos mais potencializadores para formação política das mulheres do campo. Tem se revelado com mulheres do MST relações mais simbólicas pelas lutas acirradas ao modelo econômico, contudo no interior das questões de manutenção da vida nos acampamentos e assentamentos tem repercutido enquanto identidade de gênero. Com as mulheres do MMTR/NE as questões do patriarcado, tem produzido a reconstrução de valores culturais por via da constituição de alternativas para visibilidade como trabalhadora rural.



Os movimentos sociais do campo, com foco nas questões de subalternidade da mulher repercutem na desconstrução de comportamentos naturalizados, e dentro da diversidade cultural que estão inseridos, à vivência de saberes que não podendo ser convertidos em aprendizagens essencializadas, tão pouco, não devem acrescentar uma dimensão única, que representasse toda e qualquer forma de opressão vivenciada pelas mulheres. As relações que as mulheres tecem em redes de solidariedade com outras mulheres militantes de movimentos inclusive feministas ao nível global e local aprofundam as relações pelo ao menos em três perspectivas, o fator histórico como identidade territorial comum; o seu papel na opção de sujeito, de consumo ou produtor de benefícios coletivos; e a construção de uma síntese a partir do olhar relacional com as imposições que interferem na politização da trabalhadora rural do seu tempo.

## 5. Referências Bibliográficas

- BUARQUE, C. 2008. Introdução ao Feminismo. In: CASA DA MULHER DO NORDESTE. 2008. *Escola Feminista de Formação Política e Econômica nos Bairros: referências teóricas e práticas metodológicas*. Provisual: Recife.
- CAUME, D. J. 2006. *O MST e os assentamentos de reforma agrária*. A construção de espaços sociais modelares. Editora UPF, Passo Fundo.
- DESLANDES, S. F., G., R., MINAYO, M. C. S.(Org.) & Neto, O. C.1994. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Editora Vozes. São Paulo.
- FREIRE, P. 2006. *Extensão ou Comunicação?* Editora Paz e Terra. São Paulo.
- HAESBAERT, R. 2006. *O mito da Desterritorialização. Do “fim dos territórios à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.
- HIRATA, H. 2001. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu (17-18). 2001-02. Pp. 139-156.
- LAGE, A. C. 2005. Lutas por inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume I- *Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Souza Santos*. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- LANDER, E. 2005. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. En libro: *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. LANDER, E. (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Pp.21-53.
- LOURO, G. 2008. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Editora: Vozes. São Paulo.
- LAGARDE, M. 2005. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Vol. I e II. Cordinación Editorial: Universidad Nacional Autónoma de México.
- PASSOS, C. L.2008. *O Modo de ser Camponês e a Propriedade da Terra entre Camponeses*. A exclusão Inspirando os Movimentos Sociais. Editora Juruá, Curitiba.
- SANTOS, B. S. 2006. *A Gramática do Tempo: uma nova cultura política*. Editora Cortez. São Paulo.
- VALLA, J. A 2001. Análise de conteúdo. In SILVA, A. S., PINTO (Org.). J. M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Afrontamento. Porto, Pp. 101-128.